



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
1ª Câmara de Direito Criminal

Registro: 2026.0000003001

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 1500739-10.2024.8.26.0081, da Comarca de Adamantina, em que é apelante -----, é apelado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 1ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Deram provimento em parte ao recurso. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ANA ZOMER (Presidente) E FIGUEIREDO GONÇALVES.

São Paulo, 12 de janeiro de 2026.

*CECÍLIA FRAZÃO*

*Relatora*

Assinatura Eletrônica

Apelação Criminal 1500739-10.2024.8.26.0081

Apelante: -----

Apelado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Corréu: -----

Juízo de origem: Foro de Adamantina/2ª Vara

Juiz(a) de 1ª Instância: Carlos Gustavo Urquiza Scarazzato

Voto nº 1.744

Apelação criminal. Registro de filho de outrem (art. 242 do Código Penal). Sentença condenatória. Pleito absolutório por ausência de dolo e alegada coação moral. Impossibilidade. Prova testemunhal e documental convergente no sentido de que o réu, ciente da inexistência de vínculo biológico, reconheceu voluntariamente a menor para viabilizar visitas da genitora na

**unidade prisional. Alegação defensiva despida de respaldo probatório. Conduta típica e dolosa configurada. Inviável o reconhecimento da forma privilegiada do parágrafo único do art. 242 do Código Penal, ausente qualquer motivação altruística relacionada ao interesse da criança. Perdão judicial incabível: medida excepcional que exige sofrimento extraordinário ou circunstância humanitária singular, inexistentes na espécie. Pena-base reduzida ante a impossibilidade de valorar antecedente remoto, fixando-se a exasperação em 1/6. Agravamento pela reincidência mantido em 1/6. Pena final redimensionada para dois anos, oito meses e vinte dias de reclusão. Regime inicial fechado preservado, à luz da reincidência e dos maus antecedentes, nos termos do art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal. Recurso parcialmente provido.**

Trata-se de recurso de apelação interposto por ----- contra a r. sentença de fls. 465/474, cujo relatório adoto, que julgou procedente a ação penal para condená-lo à pena de dois anos e onze meses de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso no art. 242 do Código Penal, concedido o apelo em liberdade.

Irresignado, o réu apela. Sustenta, em síntese, que a conduta não se reveste de tipicidade dolosa, pois o registro da menor Louise como filha teria ocorrido por coação moral exercida pela corré -----, companheira do réu à época, que ameaçou não visitá-lo na prisão. Alega ausência de dolo específico e incerteza quanto à paternidade biológica da criança, requerendo a absolvição com fundamento nos incisos III e VII do art. 386 do Código de Processo Penal. Subsidiariamente, pleiteia a concessão do perdão judicial ou a desclassificação para a figura privilegiada do parágrafo único do art. 242 do Código Penal, sob o argumento de que o réu teria agido com nobreza ao reconhecer como filha criança sem filiação paterna conhecida. Por fim, impugna o regime fechado fixado para início do cumprimento da pena, sustentando que a reincidência, isoladamente, não

justifica a imposição de regime mais gravoso, especialmente diante da pena inferior a quatro anos e da ausência de violência ou grave ameaça. Requer a fixação do regime aberto, a conversão da pena em restritiva de direitos ou a suspensão condicional da pena (fls. 486/496).

O recurso foi processado e, respondido em contrarrazões (fls. 506/509), a d. Procuradoria-Geral de Justiça manifestou-se pelo não provimento (fls. 517/524).

Consigno que a denúncia foi recebida em 4 de fevereiro de 2025 (fls. 334/335). A r. sentença condenatória, por sua vez, foi publicada em 6 de junho de 2025 (fl. 476).

### **É o relatório.**

A irresignação comporta parcial acolhimento.

Consta da denúncia que no dia 14 de fevereiro de 2020, em horário incerto, na ----- o réu, agindo em concurso, com união de esforços e unidade de desígnios com -----, registrou como sua filha a criança L. R. A. de A. embora seja filha de outrem.

Apurou-se que, após o nascimento da menor, ocorrido em novembro de 2018, ----- reatou a convivência com -----, que se encontrava preso. Na ocasião, o denunciado teria convencido a companheira a não buscar o verdadeiro genitor da criança e se prontificou a reconhecê-la como filha. Em dezembro de 2019, assinou termo de reconhecimento de paternidade, e, em fevereiro de 2020, ----- apresentou o documento ao cartório, que procedeu à averbação, registrando ----- como pai da menor.

A materialidade delitiva está consolidada pelo boletim de ocorrência (fls. 7/11), ofício do Conselho Tutelar (fls. 12/16 e 27/31), certidão de nascimento (fls. 17, 75, 83/84, 208/209), relatório informativo do CREAS (fls. 37/41), relatório de investigação (fls. 92/101), ofício do cartório de registro civil (fls. 247/248), certidão reprográfica de nascimento (fls. 249/250), além da prova oral colhida.

A autoria também é certa.

O réu, regularmente intimado, deixou de atender à convocação da Autoridade Policial para prestar esclarecimentos (fl. 54). Do mesmo modo, ausentou-se injustificadamente em juízo, circunstância que ensejou a decretação de sua revelia (fls. 452/454).

A testemunha -----, em solo policial (fl. 64), relatou o quanto segue:

*“há quatro anos, teve um relacionamento de aproximadamente um mês com ----- quando a mesma estava fugindo da cidade de Adamantina, por problemas com dívidas de droga e por pena a deu abrigo. Durante esse período, ----- engravidou de L. R. A. e quando a criança nasceu, ----- não quis registrar em seu nome porque alegava que o depoente é “idoso e feio e que tem vergonha de ter tido uma filha com ele”. Por este motivo, ----- registou L. em nome de ----- que era seu namorado de adolescência e já tinha tido a filha N. com o mesmo. Esclarece ainda que ----- alegou que exigiu que ----- registrasse L. em seu nome para que só então o visitasse na cadeia enquanto estava preso e assim foi feito. Mesmo assim, por preocupação e cuidado com sua filha, alugou uma casa para ----- residir com a criança e as outras filhas que a mesma já tinha, na rua -----, nesta cidade e lá também passou residir com -----, o irmão ----- o qual é usuário de drogas. Declara que ----- “abandonou” as três filhas aos cuidados de ----- que passou então a residir na casa e embora para zôa, pois afirma que ----- é prostituta e costuma viajar e morar em várias cidades, sem destino certo. Após recebimento de denúncia, o Conselho Tutelar compareceu ao local e ao constatar que as três crianças estavam em situação de maus tratos, conforme relatório, retiraram as crianças e levaram para casa de ----- . Contudo, ----- não aceitou ficar com L., mas apenas com as outras filhas, alegando que L. não é sua filha. Compareceu a esta delegacia e registou os fatos juntados aos autos e desde então passou a cuidar de L., conseguiu a tutela provisória da criança, contudo, não conseguiu a guarda definitiva por causa do registro. Declara que o fato de L. ter sido registrada em nome de -----, não permite que consiga a guarda definitiva de L. Mesmo diante disso, permaneceu com a criança e matriculou na creche Balão Mágico e estava tudo bem até ----- voltar. Declara que há aproximadamente vinte dias ----- foi até sua residência, biscoitou a criança e a levou consigo e não quer mais entregá-la. Declara que ----- é muito brava e que tem medo de “bater de frente”. Esclarece que ----- voltou a residir nesta cidade está residindo na Rua ----- . Declara também que vai tomar providências para conseguir sua filha L. de volta, pois tem certeza de que a criança não será bem cuidada por -----”.*

Em juízo, o depoente afirmou que a criança L. estava sob seus cuidados, tendo sido deixada por sua genitora, que se ausentou para a cidade de Araçatuba. Informou que, durante os períodos em que trabalhava, confiava os cuidados da menor à pessoa de nome ----- . Disse considerar L. sua filha, embora tenha admitido não ter certeza quanto à paternidade biológica. Questionado pelo representante do Ministério Público, esclareceu que a mãe da criança não quis registrá-la em seu nome, sem saber ao certo os motivos. Acrescentou que a genitora é usuária de entorpecentes e não desejava arcar com pensão alimentícia, razão pela qual, desde o nascimento da menor, passou a cuidar dela por iniciativa própria (cf. mídia de fls. 452/454).

A testemunha -----, na delegacia, narrou o abaixo transcrito (fl. 66):

*“é amiga de ----- e que na época dos fatos residia com ----- em uma casa que ----- havia alugado para que ----- morasse com a filha L. de 03 anos e suas outras duas filhas. Declara que L. é filha de ----- com -----, por isso ele pagava o aluguel para ----- . Na casa residiam, a depoente com seus dois filhos de 4 anos de idade, ----- com suas três filhas e -----, que é irmão de ----- . Tem conhecimento de que o pai biológico da criança L. é -----, contudo, a criança foi registrada em nome de -----, que é pai das outras duas filhas de ----- . Afirma que residiu por alguns meses com -----, nesta casa situada à -----, quando ----- disse que iria embora de Dracena porque iria trabalhar viajando, cada dia em uma cidade e então pediu que ficasse cuidando de duas três filhas. Aceitou a proposta e afirma que quem arcava com as despesas de alimentos para as três crianças de ----- eram a mãe de ----- . Esclarece que aproximadamente duas semanas depois do acordo com -----, as Conselheiras Tutelares lá compareceram e levaram as três filhas de ----- para casa de ----- . Após tais fatos, alguns dias depois, deixou a casa de ----- e foi residir com sua genitora nesta cidade. ----- permaneceu na residência sozinho. Quanto ao local ser frequentando por usuários de droga, afirma que tem conhecimento de que ----- é usuário de drogas. Declara que não tem tido mais contato com ----- .”*

A testemunha -----, na fase inquisitiva, narrou o quanto segue (fl. 73):

*“é genitora de -----, ex-convivente de ----- e afirma que*

*possui a guarda das crianças N. G. A. de A., de 07 anos e de I. F. A. de A., de 02 anos, pois é avó paterna de ambas. Declara que no dia em questão, o Conselho visitou a residência de -----, situada à rua Dom Pedro, 1549, Dracena, e entraram em contato para que buscasse as crianças, porém, não pode comparecer ao local para que lhe fosse realizada a entrega de L. N. e I. que lá estavam, porque estava n hospital cuidando de sua mãe que estava internada e então pediu para que as conselheiras as levassem para casa de ----- e assim foi feito. Contudo, a criança L. não queria se alimentar e só chorava pedindo por ----- . Diante da situação, entrou em contato om ----- pedindo para buscar L. e desde então a criança fica aos cuidados dele tendo sido entregue um termo de compromisso pelo Conselho. Declara que não tinha conhecimento se no local em que ----- residia no endereço acima era ponto de drogas. Afirma ainda que antes de ----- deixar a residência, a mesma a ligou, dizendo que iria viajar e que deixaria as crianças aos cuidados de ----- que também residia com ----- na época, mas em nenhum momento ----- a disse que iria “trabalhar fora” e que demoraria muitos dias para voltar. Nega que tenha concordado com -----, a dizendo que poderia deixar as crianças para trabalhar em outra cidade por um longo período de tempo. Consigna que sempre arcou com as despesas de alimentação, fraldas e roupas para as três crianças. Em relação ao registro de nascimento de L., declara que quando ----- engravidou desta criança, já tinha tido a criança N. com ----- que estavam separados há alguns meses e que durante a gravidez, ----- reatou o relacionamento com ----- que estava preso em Junqueirópolis-SP e começou a visitá-lo naquela penitenciária. Logo que L. nasceu, ----- a pediu que a levasse para cidade de Adamantina-SP para que registrasse a bebê em nome de ----- e então a levou apenas como acompanhante. Afirma que ----- a disse que ----- mesmo sabendo que não era o pai biológico da criança havia permitido registro em seu nome por isso aceitou levá-la. Declara que ----- a contou que ----- não é o pai biológico da criança L., mas que o pai biológico da criança é um homem da cidade de Adamantina/SP, que é casado, contudo, ----- não declara quem é este homem. Por fim, declara que está com a guarda definitiva apenas das crianças N. e I. e que L. está aos cuidados de ----- . Nesse ato, declara que seu filho ----- está trabalhando para uma empresa e que viaja a trabalho para cidades diversas e que permanece meses fora de casa. Por tal motivo não foi possível comparecer na presente data para restar declarações nos presentes autos.”*

A testemunha ----- narrou o quanto segue, na delegacia (fl. 69):

*“possui três filhas sendo estas, N. com 6 anos, L. com 4 anos e I. com 2 anos de idade. Declara que no mês de julho do ano 2022, decidiu ir para cidade de Catanduva-SP para trabalhar em uma boate, pois precisava ganhar dinheiro para sustentar suas filhas. Declara que antes de*

*viajar, entrou em contato com -----, avó paterna das crianças N. e I., as quais são filhas de -----, seu ex-namorado, e a disse que iria embora e que deixaria as crianças aos cuidados de -----, sua amiga que residia consigo. Declara ainda que seu irmão ----- também residia na casa, situada à rua Dom Pedro, 1549, nesta cidade. Declara que ----- afirmou que estava ciente que ajudaria as crianças com alimentação. Nega que em sua residência era ponto de prostituição e drogas. Declara que por volta do mês de setembro, tomou ciência através de -----, que suas filhas tinham sido retiradas da casa pelo Conselho Tutelar por causa do registro de denúncia e que teriam sido levadas para casa de -----.*

*Declara que N. e I. estão desde então aos cuidados de -----, avó paterna e que ----- não reside mais com -----.*

*Questionada sobre o registro da criança L., afirma que na época estava se relacionando com ----- que estava preso e que o visitava na penitenciária de Junqueirópolis e que ele disse que assumiria a paternidade da criança, que não era para procurar o pai biológico da criança e então, foi até a cidade de Adamantina para que registrasse a criança. Declara também que ----- não é o pai de L., que ele acredita que é filha dele porque tiveram um breve relacionamento quando morou em sua residência, mas alega que já estava grávida de L. e que ----- não sabia de sua gravidez. Esclarece que L. é filha de um homem casado a qual se relacionou por dois dias na cidade de Adamantina e não sabe nada mais a respeito deste homem, não tem tido contato. Por fim, declara que L. está aos seus cuidados residindo consigo e que não quer que a criança resida com ----- porque o mesmo não tem condições de cuidar da criança, pois leva mulheres para passar a noite em sua casa e não quer que sua filha cresça neste ambiente.”*

Em sede judicial, a testemunha informou que manteve relacionamento com -----, do qual se separou em momento anterior ao nascimento da criança L.. Após a reaproximação do casal, já com a menor nascida, ----- manifestou expressamente o desejo de não manter qualquer vínculo com o genitor biológico da criança, afirmando que pretendia registrá-la como sua filha. À época, encontrava-se recolhido em unidade prisional, razão pela qual a depoente encaminhou documento para que ele o assinasse, visando ao reconhecimento da paternidade. O registro foi efetivado, embora ----- tivesse plena ciência de que não era o pai biológico da menor. Questionada pela defesa, confirmou que realizava visitas ao réu na prisão, inclusive visitas íntimas (cf. mídia de fls. 452/454).

A testemunha -----, relatou na delegacia (fl. 54):

*“ao receberem a denúncia de que ocorria maus tratos com as crianças L. I.*



e N., compareceram à -----, Dracena, e puderam constatar que havia usuários de drogas no local e que as crianças estavam sendo negligenciadas pela genitora que se encontrava fora da cidade em lugar incerto há mais de uma semana. As crianças estavam aos cuidados de ----- e -----, que é irmão de -----, genitora das crianças, porém ----- as disse que seria melhor levar as crianças para -----, que é genitor das crianças, pois seria melhor e assim foi feito no dia e foram, muito bem recebidos por ----- que alegou que não era pai de umas das crianças, sendo esta, a criança L., de 03 anos de idade, mas que a tratava como filha. No outro dia retornaram à casa de ----- para buscar documentos das crianças e ao chegarem ao local, L. estava lá novamente e então questionaram ----- o motivo pelo qual L. estava lá novamente e não na casa de ----- . Nesse momento, tomaram conhecimento através de -----, de que ----- tinha ido buscá-la na casa de -----, alegando que ele era o pai biológico de L. e que por isso a criança deveria ficar aos seus cuidados. Entraram em contato com ----- imediatamente para que lá comparecesse, na casa de -----, para conversarem e esclarecerem os fatos. O questionaram, pois havia sido aplicado uma medida de proteção devido ao ambiente em que a criança vivia e então ----- disse que ele era o pai biológico de L. e que ele poderia cuidar da criança e ao ser questionado por que não havia registrado L. desde o nascimento, o mesmo respondeu que ----- não permitiu porque era velho e feio. Diante desta declaração, solicitou que ----- as acompanhasse a esta Delegacia para registrar os fatos. Após o registro dos fatos, foram conversar com ----- que alega que não era o pai biológico de L. e que não adiantava obrigá-lo a ficar com a criança, pois já havia sido obrigado a registrar L. como filha e disse que “papel ele rasgaria e que queria ver que lei o iria obrigá-lo a ficar com a criança”. Afirma que ----- disse ainda que ele havia ligado para ----- buscar a criança porque a mesma ficava chorando e chamando por ----- e então alegou ainda que só havia registrado L. em seu nome, para poder receber visitas de -----, genitora de L. enquanto estava preso.”

Em juízo, a representante do Conselho Tutelar informou que, em julho de 2022, o órgão recebeu denúncia envolvendo a genitora da criança, o que motivou a aplicação de medida de proteção. Na busca por membros da família extensa que pudessem assumir os cuidados das menores, dirigiram-se até -----, que se prontificou a acolher as crianças. Contudo, esclareceu que L. não era sua filha biológica, embora a tratasse como tal. No dia seguinte, ao retornarem à residência da genitora para recolher documentos, encontraram L. no local. Uma conhecida da mãe relatou que ----- havia buscado a criança, alegando ser seu pai biológico. Diante disso, os conselheiros procuraram novamente -----, que reafirmou não ser o genitor de L. e declarou que não assumiria sua guarda, pois



ninguém poderia obrigá-lo a fazê-lo. Acrescentou que apenas havia registrado a menor como sua filha para poder receber visitas de ----- enquanto estava preso (cf. mídia de fls. 452/454).

Da prova acima referida se depreende que a condenação está adequadamente respaldada.

O art. 242 do Código Penal tipifica a conduta de registrar como próprio o filho de outrem, exigindo, para a consumação, resultado naturalístico consistente na efetiva supressão ou alteração do estado civil da criança. Cuida-se, portanto, de crime material, cuja configuração demanda não apenas a declaração falsa perante o registro civil, mas a eficaz produção do assento registral indevido, momento em que se concretiza a lesão ao bem jurídico tutelado. Assim, a análise típica não se limita à verificação do ato volitivo de atribuição de paternidade inexistente, impondo-se demonstrar que o agente, ciente de não ser o genitor biológico, obteve a efetiva inserção do registro falso, ocasião em que se aperfeiçoa o delito.

No caso concreto, o conjunto probatório delimita com precisão os fatos. A criança L. R. A. de A., nascida em 18 de novembro de 2018, filha de -----, teve a paternidade formalmente atribuída a -----, conforme certidão de fls. 208/209. A própria genitora, entretanto, assumiu que a criança não é filha biológica de -----, indicando, como suposto pai, indivíduo chamado -----. Ressalte-se que a norma penal não exige a identificação segura do pai biológico – basta demonstrar que o declarante não detinha, nem acreditava deter, a condição de genitor. Apurou-se, em decorrência dos depoimentos colhidos, que ----- registrou a criança mesmo sabendo que não possuía vínculo biológico, preenchendo, assim, o elemento objetivo do tipo.

Também não se vislumbra a situação prevista no parágrafo único do art. 242 do Código Penal. A forma privilegiada exige motivação altruística, voltada à proteção da criança, o que não ocorreu. Ao contrário, os elementos dos autos revelam que a razão determinante para o registro foi permitir a ----- receber visitas (inclusive íntimas) de ----- na unidade prisional em que estava

recolhido. Tal finalidade instrumental não se coaduna com o espírito do privilégio legal,

Tampouco é cabível o perdão judicial. Como medida excepcional prevista no art. 107, inciso IX, do Código Penal, exige demonstração concreta de sofrimento extraordinário do agente ou de circunstâncias absolutamente singulares, o que não se verifica. O abalo emocional, no presente caso, não pode ser presumido e tampouco guarda qualquer relação com os fatos narrados.

No caso, não houve qualquer trauma, perda ou dano moral decorrente do fato típico. O réu agiu de forma deliberada ao registrar criança que sabia não ser sua, movido por interesse exclusivamente pessoal – viabilizar visitas na unidade prisional – e não por motivo altruístico ou voltado à proteção da menor. Ausente sofrimento relevante, inexistente motivação nobre e não configurada situação excepcional, não se preenche qualquer pressuposto para o perdão judicial.

Quanto ao elemento subjetivo, não se identifica causa que elida o dolo. O réu, pessoa imputável, praticou o ato de reconhecimento voluntário, ciente de sua falsidade. Eventual alegação de coação moral não encontrou respaldo probatório: não houve demonstração de ameaça séria, atual e inevitável apta a comprometer sua liberdade de autodeterminação. Pelo contrário, ----- deixou de comparecer à Delegacia e ao juízo para esclarecer os fatos e sustentar tal versão, o que enfraquece, de modo substancial, a plausibilidade da tese defensiva.

Diante disso, conclui-se que a conduta ajusta-se integralmente ao modelo típico e não foi praticada sob qualquer excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A ação revelou-se dolosa, antijurídica e culpável, tendo o agente plena consciência da ilicitude e possibilidade de agir conforme o direito. Nenhum elemento do processo autoriza a mitigação dessa responsabilidade.

De rigor a confirmação da condenação, passo à análise da

dosimetria da pena:

A pena-base foi inicialmente fixada em 1/4 acima do mínimo legal, em razão dos maus antecedentes apontados (autos nº 0004410-44.2007.8.26.0168, às fls. 259/260, e autos nº 0005789-88.2005.8.26.0168, às fls. 261). Contudo, a análise detida dos registros revela que apenas a condenação constante dos autos nº 0004410-44.2007.8.26.0168 pode ser valorada como mau antecedente. A condenação mais antiga – autos nº 0005789-88.2005.8.26.0168 – foi cumprida há mais de quinze anos, configurando apontamento remoto, cujo sopesamento, nesta fase, conduziria à indevida perpetuação dos efeitos penais do passado.

Condenações excessivamente antigas não devem ser consideradas como maus antecedentes, justamente para evitar tratamento punitivo de caráter permanente e incompatível com a individualização da pena. À luz dessa orientação, subsiste apenas um antecedente negativo apto a influir na primeira fase.

Assim, a exasperação da pena-base deve ser recalibrada para 1/6 acima do mínimo legal, fixando-se a reprimenda inicial em dois anos e quatro meses de reclusão.

Na segunda fase, em razão da reincidência (autos nº 0004360-66.2017.8.26.0168, fl. 259) a pena foi agravada em mais 1/6, atingindo dois anos, oito meses e vinte dias de reclusão.

Ausentes impactos na derradeira etapa, a pena se estabiliza como na fase intermediária.

O regime inicial fechado deve ser mantido. O réu é reincidente e ostenta maus antecedentes, circunstâncias que revelam trajetória criminal persistente e incapacidade de adequação aos regimes menos gravosos. Nessas condições, ainda que o *quantum* da pena permita, em tese, regime mais brando, a fixação do fechado mostra-se juridicamente adequada, nos termos do art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal.

Apurou-se, em decorrência das condenações pretéritas,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
1ª Câmara de Direito Criminal

que as oportunidades anteriores de cumprimento de pena em regimes menos severos não foram suficientes para refrear a reiteração delitiva. Assim, diante do histórico negativo, da proteção necessária à ordem pública e da necessidade de individualização concreta da resposta penal, o regime fechado apresenta-se como o único compatível com as circunstâncias pessoais do acusado.

Diante do exposto, por meu voto, **dou parcial provimento** ao recurso, reduzida a pena para dois anos, oito meses e vinte dias de reclusão, em regime inicial fechado, preservada, no mais, a r. sentença recorrida.

*CECÍLIA FRAZÃO*  
*Relatora*